

O LAZER NAS ÁGUAS DO RIO NEGRO – AM: PARA ALÉM DO DIVERTIMENTO E DO DESCANSO

Josiani Nascimento da Silva¹

Resumo: O presente artigo é uma síntese de parte da dissertação de mestrado desenvolvida na comunidade Tumbira, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro no Amazonas, concluída em 2018. Tem por objetivo analisar as relações socioculturais nos momentos de lazer da comunidade Tumbira, observadas durante o processo de entrevistas e segue em aprofundamento no doutoramento em curso. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas. Participaram do estudo quinze famílias das trinta e duas que compunham a comunidade no período da pesquisa, representadas por mulheres chefes de famílias, homens e jovens a partir de dezoito anos. Como resultado revelou o tempo de lazer para além do divertimento ou descanso, pois é no momento de descontração que as relações de sociabilidade são externadas espontaneamente, deixando enxergar como se configura a estrutura social e cultural da comunidade. Conclui-se que lazer e cultura são indissociáveis, visto que, as práticas de lazer estão imbricadas culturalmente em cada membro da comunidade.

Palavras-chave: Lazer. Comunidade. Unidade de Conservação.

LEISURE IN THE WATERS OF THE BLACK RIVER - AM: BEYOND FUN AND REST

Abstract: This article is a synthesis of part of the master's thesis developed in the Tumbira community, Sustainable Development Reserve (RDS) of the Rio Negro in Amazonas, completed in 2018. It aims to analyze the sociocultural relations in the leisure time of the Tumbira community, observed during the interview process and continues in depth in the ongoing PhD. It is a field research, descriptive and exploratory, with a qualitative approach, carried out through semi-structured interviews. Fifteen families from the thirty-two that made up the community during the research period participated in the study, represented by female heads of households, men and young people over eighteen. As a result, leisure time was revealed to go beyond entertainment or rest, as it is in the moment of relaxation that sociability relationships are spontaneously expressed, allowing us to see how the social and cultural structure of the community is configured. It is concluded that leisure and culture are inseparable, as leisure practices are culturally intertwined in each member of the community.

Keywords: Leisure. Community. Conservation Unit.

OCIO EN LAS AGUAS DEL RÍO NEGRO - AM: MÁS ALLÁ DE LA DIVERSIÓN Y EL DESCANSO

Resumen: Este artículo es una síntesis de parte de la tesis de maestría desarrollada en la comunidad Tumbira, Reserva de Desarrollo Sostenible (RDS) del Río Negro en Amazonas, finalizada en 2018. Tiene como objetivo analizar las relaciones socioculturales en el tiempo libre de la Tumbira. comunidad, observado durante el proceso de entrevista y continúa en profundidad en el doctorado en curso. Es una investigación de campo, descriptiva y exploratoria, con enfoque cualitativo, realizada a través de entrevistas semiestructuradas. En el estudio participaron quince familias de las treinta y dos que componían la comunidad durante el período de investigación, representadas por mujeres jefas de hogar, hombres y jóvenes mayores de dieciocho años. Como

¹Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas, josiliberdade@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9062-8867>.

resultado, el tiempo de ocio se reveló para ir más allá del entretenimiento o el descanso, ya que es en el momento de relajación donde las relaciones de sociabilidad se expresan de manera espontánea, permitiéndonos ver cómo se configura la estructura social y cultural de la comunidad. Se concluye que el ocio y la cultura son inseparables, ya que las prácticas de ocio se entrelazan culturalmente en cada miembro de la comunidad.

Palabras clave: Ocio. Comunidad. Unidad de Conservación.

INTRODUÇÃO

O conceito de Unidade de Conservação, tal como compreendemos hoje, surgiu com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872 nos Estados Unidos, num contexto de valorização da manutenção de grandes espaços naturais, entendidos como “ilhas” de grande valor cênico, onde o ser humano pudesse contemplar a natureza em busca de paz e fruição espiritual. Outros motivos que levaram à criação desse Parque foram: a preservação de atributos cênicos, a significação histórica e o potencial para atividades de lazer.

A criação de áreas naturais protegidas tem sido uma das principais estratégias para conservação da natureza no mundo, em especial nos países em desenvolvimento. Em nosso ponto de vista, trata-se de um processo civilizacional que corresponde a um percurso de aprendizagem involuntária pelo qual a humanidade passa. O processo de civilização está relacionado à autorregulação adquirida, imperativa para a sobrevivência do ser humano (ELIAS, 2006, p. 37).

Seguindo o modelo americano, as iniciativas para a criação de áreas protegidas no Brasil datam de 1876, quando o Engenheiro André Rebouças propôs a criação de dois Parques Nacionais: um na Ilha do Bananal no antigo estado de Goiás e outro em Sete Quedas no estado do Paraná². No entanto, o primeiro Parque Nacional Brasileiro só foi criado em 1937 com o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro, e em 1939, com o Parque Nacional de Iguaçu, no Estado do Paraná.

As Unidades de Conservação do Amazonas começaram a surgir em 1989, com a criação do Parque Estadual (PAREST) Nhamundá, no município de mesmo nome, por meio do Decreto Nº 12.175, de 06 de julho (AMAZONAS, 2013), o governo do Estado destacou cem mil quilômetros quadrados do seu patrimônio fundiário para fins de conservação do meio ambiente (AMAZONAS, 1990). Em 2011, a Lei Estadual Nº 3.602, de 9 de maio de 2011, recategorizou o Parque transformando-o em APA Guajuma, com área estimada em 29.018ha (IPE, 2015), essa

² Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/diversos/aconservacaodanatureza.pdf>.

mudança foi extremamente radical, vai da categoria mais restritiva, no caso o parque, para a categoria menos restritiva, a APA.

A criação de Unidades de Conservação (UCs) de categoria de uso sustentável no Brasil surgiu a partir da luta do movimento de seringueiros na década de 1980, pela implementação de políticas governamentais voltadas à realidade das comunidades tradicionais. No Amazonas, o processo seguiu de forma semelhante e, na visão oficial, esse processo não registrou enfrentamentos conflituosos entre comunidades tradicionais, poder público e privado (AMAZONAS, 2013), no entanto, estudos de Farias Junior (2010; 2013) e Silva (2013) revelam um intenso processo de mobilização social em defesa dos direitos do uso do espaço e do respeito às territorialidades humanas existentes no Baixo Rio Negro.

Diegues (2005) destaca a necessidade de criação de um novo conceito de áreas protegidas nas quais existam estratégias de negociação,

Essa negociação deve passar pela não expulsão dos moradores tradicionais e pelo respeito ao conhecimento acumulado pelos moradores tradicionais sobre os ecossistemas em que vivem e ao seu modo de vida. A ocupação do espaço deve ser feita em consulta direta com os moradores. Os chamados “planos de manejo” devem perder seu caráter autoritário baseado exclusivamente no chamado “conhecimento científico” incorporando etno-conhecimento, os mitos e visões de mundo a respeito do mundo natural que fazem parte da cultura local (DIEGUES, 2005, p. 169-170)

A repetição de modelos internacionais sem respeitar as especificidades locais tem deixado um rastro de iniciativas frustrantes e danosas para as populações de várias etnias, grupos remanescentes de quilombos, comunidades de seringueiros, castanheiros, comunidades tradicionais ribeirinhas, entre outros. A criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) Projeto de Lei nº 2.892, de 1992, que originou o SNUC, define Conservação *In situ*, como:

Conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.

Contudo, essa política necessita de reforma urgentemente, é preciso que haja a inclusão das populações locais como parte da natureza e não refém da mesma através de normas sem sustento na realidade vivida.

As Unidades de Conservação podem ser criadas em nível municipal, estadual e federal, por meio de decreto ou lei, mas sua extinção é feita somente por meio de lei. Podem ser vinculadas a diferentes órgãos administrativos, de acordo com sua natureza, seu objetivo e seu estatuto.

O presente artigo teve como local de estudo a comunidade Tumbira, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, município de Iranduba, Amazonas. A RDS do Rio Negro faz parte da categoria de uso sustentável e foi criada através da Lei nº 3.355 de 2008, a partir do desmembramento da Área de Proteção Ambiental (APA) Margem Direita do Rio Negro, setor Paduari/Solimões (BRASIL, 2008).

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) realiza a gestão de 42 unidades de conservação (UCs), sendo oito de proteção integral e 34 de uso sustentável, totalizando 18.907.378,34 hectares de floresta legalmente protegidos, o que representa 12,13% da área do Estado³. As UCs de uso sustentável têm como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Já as que compõem o grupo de proteção integral, têm o intuito de preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.

Definidos os preceitos civilizadores com relação ao ambiente, pressupõe-se que o Estado deva haver mecanismos de controle eficiente capaz monitorar as normas estabelecidas a exemplo do artigo 225 da constituição do Brasil que se refere aos direitos de todos em relação ao meio ambiente, enfatizando não somente ao poder público o dever de protegê-la, mas toda a sociedade. Fortalecendo o surgimento das unidades de conservação como estratégia de conservação do patrimônio natural brasileiro sob seu domínio. Entretanto, sabe-se da precariedade de recursos humanos, deixando o processo de fiscalização ineficaz.

O modo de organização das comunidades inseridas no contexto de uma Unidade de Conservação demonstra a diferenciação social no comportamento após a adaptação às novas regras estipuladas pelo Estado para a permanência no lugar onde nasceram. A reorganização do território frente às novas figurações intensificam as relações de poder na comunidade e modificam práticas tradicionais do cotidiano comunitário com base nos conceitos de sustentabilidade estipulado pela política ambiental do Estado.

O propósito principal deste objeto de estudo foi verificar as transformações ocorridas na figuração da comunidade Tumbira com a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro. Contudo, no decorrer da pesquisa o lazer se revelou uma manifestação inteiramente cultural dos indivíduos da comunidade Tumbira. Estritamente relacionada com o modo de vida da comunidade, fato que não poderia passar despercebido nessa pesquisa. Levantando diversas possibilidades de estudos para essa temática dos estudos do lazer em

³ Informação disponível no site oficial da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA): <http://meioambiente.am.gov.br/uc-estadual/>

Unidades de Conservação. E que está em processo de aprofundamento no doutoramento em curso.

Para tanto, serão apresentados nesse artigo os resultados provenientes das relações socioculturais da comunidade Tumbira, observadas nos momentos de lazer dos indivíduos que integram a comunidade, totalmente relacionadas com os espaços utilizados pelos mesmos, como por exemplo, o campo de futebol, o rio, o centro social comunitário entre outros espaços.

METODOLOGIA

Inicialmente a pesquisa se deu por meio de documentos bibliográficos, buscando aprofundamento em materiais já existentes como livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado para conhecer melhor o objeto de estudo. A partir desse contexto, acredita-se que a abordagem de pesquisa qualitativa se adequou melhor para o alcance dos objetivos propostos, visto que os dados foram analisados individualmente, fazendo a interpretação das informações obtidas e a atribuição de significados básicos no processo da pesquisa.

Partindo desse pressuposto optou-se por realizar nesse trabalho uma pesquisa exploratória / descritiva, com o intuito de obter informações sobre os processos socioculturais na comunidade Tumbira na da RDS do Rio Negro que acredita-se até o presente momento ter sido pouco pesquisada. De acordo com Gonçalves (2007, p.67):

[...] a pesquisa exploratória é aquela que se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de idéias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado. Já a pesquisa descritiva objetiva escrever as características de um objeto de estudo (GONÇALVES, 2007, p.67).

Por se tratar de uma pesquisa em Unidade de Conservação que está sob domínio do estado do Amazonas, foi solicitada autorização ao Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA) para execução da pesquisa. Obedecendo as normas e restrições estabelecidas no Plano de Gestão da UC, tal como, as normas estipuladas pelo órgão gestor.

Os entrevistados foram informados sobre os objetivos da pesquisa e consultados previamente sobre disponibilidade para sua realização. Após confirmação das entrevistas, os encontros foram agendados, de acordo com a disponibilidade dos entrevistados, que assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” – TCLE.

A coleta dos dados se deu durante o segundo semestre de 2017 com quinze famílias das trinta e duas que compunham a comunidade no período da pesquisa, representadas por mulheres chefes de famílias, homens e jovens a partir de dezoito anos. Através de formulário de pesquisa semiestruturadas, fazendo a observação do contexto geral da comunidade que segundo Gil (1987, p. 109) a **observação** que é o uso dos sentidos para adquirir conhecimento e “tem como objetivo a descrição precisa dos fenômenos”. As entrevistas foram gravadas e depois transcritas, fazendo a interpretação dos dados a partir da análise hermenêutica que segundo Clifford Geertz (2008), conseguimos uma “descrição em profundidade (descrição densa) das culturas como ‘textos’ vividos, como ‘teias de significados’ que devem ser interpretados” (GOLDENBERG, 2004, p.23).

Para responder aos questionamentos deste estudo, foram formuladas 22 questões sobre: unidade domiciliar, acesso, mobilidade, habitação, saneamento básico, renda familiar, turismo, lazer, religião, organização social da comunidade entre outras questões relacionadas à gestão da RDS do Rio Negro.

A SUSTENTABILIDADE DO LAZER EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Diegues (2005) destaca a importância da participação dos moradores das UCs no processo de criação e gestão das mesmas, acredita-se que os planos de manejo devam buscar compreender os modos de vida locais, reconhecer as alteridades, valorizar os conhecimentos tradicionais e a cosmografia dos povos e comunidades existentes nas áreas protegidas, tendo em vista estas serem construções humanas e não simplesmente áreas naturais.

A cultura como a rede de significados simbólicos se expressa através da representatividade de cada indivíduo da comunidade, manifestadas no dialeto particular das pessoas nascidas no ambiente rural. Os risos altos e o jeito tímido ao se deparar com ambientes e pessoas diferentes, mas que como crianças, quando ganham a confiança, revelam-se verdadeiros amigos. A religiosidade é notória em todas as comunidades da RDS do Rio Negro e no Tumbira não é diferente. Os festejos regados de muita simbologia por seus compadres (qualidade ou condição de compadres; relações entre compadres que expressa sentimento de amizade e cordialidade) que não deixam de prestigiar a festa do outro, a ajuda das mulheres na preparação das novenas, as doações recebidas como promessas que estão sendo pagas, a exemplo do boi que é doado todos os anos por uma família, devido alguma graça alcançada por intercessão de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira da comunidade. A festa é encerrada com o torneio de futebol, que é a atração mais esperada por todos, homens, mulheres

e crianças e dificilmente se conhecerá alguém na comunidade que não goste do esporte, sendo uma das formas de lazer apreciada por todos aos finais de tarde e fins de semana.

Conservar as práticas de lazer é um ato de resistência a tantas transformações ocorridas na comunidade a partir da criação da unidade de conservação. Os banhos de rio, as festas religiosas, os torneios de futebol são características marcantes de todas as comunidades da RDS do Rio Negro. Para a conservação dos recursos naturais há profissionais capacitados com o intuito de informar técnicas de manejo florestal e de pesca para as comunidades. Entretanto, as práticas culturais, muitas delas vivenciadas no tempo de lazer, precisam sobreviver às interferências externas, advindas com a aprendizagem da nova relação estabelecida com a natureza. Maffesoli (1996, p. 139) desenvolve uma lógica contextual estabelecida através do ambiente de uma época, a qual integra, na sua constituição, todos os elementos da realidade social. Observando todos os elementos que compõe o todo, elevando a compreensão do homem enquanto parte da natureza.

Sustentar as práticas de lazer enquanto cultura configura-se na preservação da identidade. Para Gomes (2004, p. 124), “a cultura institui uma expressiva possibilidade para se conceber o lazer em nossa realidade histórico-social”, pautando-se no pressuposto de que “a cultura constitui um campo de produção humana em várias perspectivas, e o lazer representa uma de suas dimensões: inclui a fruição de diversas manifestações culturais”. É o que será abordado o tópico a seguir.

O FUTEBOL COMO PRÁTICA CULTURAL DE LAZER

O futebol é uma prática muito valorizada pelos comunitários. O campo de futebol representa a socialização da comunidade em seu tempo de lazer, local escolhido para expressar diversas manifestações além do futebol. Elias (1980) toma exemplo do futebol para trabalhar o conceito de figuração:

Só podemos compreender o fluxo constante do agrupamento dos jogadores de um dos lados, se virmos que o grupo de jogadores do outro lado também está num fluxo constante. Se se pretende que os espectadores compreendam e gostem do jogo, terão que estar aptos a compreender o modo como estão relacionadas as disposições mutáveis de cada lado – para seguir a configuração fluidas de cada uma das equipes (ELIAS, 1980, p. 142).

É no momento de lazer que os indivíduos expressam espontaneamente suas emoções, a excitação da prática esportiva desvenda informações sobre vida particular dos moradores da comunidade. No decorrer do jogo, as figurações vão se revelando: um convite para determinado trabalho; quem vai promover o próximo torneio; quem conseguiu vender a madeira do manejo ou

mesmo quem a retirou de forma ilegal; os filhos que irão estudar na capital; quem adoeceu; quem engravidou. É o momento de socialização e descontração vivida no ambiente do jogo.

A relação com o futebol vai além do esporte, é o momento de lazer e sociabilidade entre os comunitários, local de encontro entre membros de outras comunidades. Os torneios de futebol são levados a sério, envolvendo todas as famílias, a disputa e a rivalidade entre os times deixam as torcidas eufóricas. O campo também tem outras funcionalidades nas representações sociais da comunidade como festejos religiosos, desfile cívico entre outras práticas.

Preservar a cultura é desafiador quando a relação dos modos de vida da comunidade com a natureza é muitas vezes questionada pelas políticas preservacionistas, quando a inserção de modelos de trabalhos vindo com as novas tecnologias precisa ser similar aos ocidentais para atender determinados públicos que adentram a comunidade por diversos motivos: turismo, reuniões de parceiros institucionais, pesquisadores, entre outros. Cada grupo que chega à comunidade vem embutido pré-conceitos formado em relação ao que é comunidade, como deveria ser uma comunidade e etc. A convivência com a interferência dos atores externos é desafiador para a comunidade.

Cientes dos desejos dos turistas, a comunidade se organiza de acordo com os anseios em conhecer uma Amazônia “exótica” com lendas e mitos sobre a região. Alimentar o imaginário dos turistas muitas vezes é imposições das operadoras de turismo. Dar-se o que deseja. Matos (2015) solidifica essa ideia ao relatar que:

É em função das exigências do lazer que se sustenta a manutenção do paisagismo natural e desperta, estimula e exige atitudes e mudanças de comportamento em prol do ambiente. É possível que se fortaleça, estimulados pelo lazer, uma sensibilidade com relação às questões ambientais, preservando formas de vida e ambientes exóticos (MATOS, 2015, p. 119).

A singularidade da beleza amazônica, e sua importância para o meio ambiente estimula o comportamento moderado e ecologicamente correto, isso se expressa através de medidas de sensibilização da comunidade, ao continuar a oferecer os atrativos naturais como “exótico”, contudo, respeitando os limites de exploração da natureza.

PERFIL SOCIOCULTURAL DA COMUNIDADE TUMBIRA

A comunidade dispõe de duas escolas, uma municipal que atende crianças do ensino infantil e a escola estadual Thomas Lovejoy que oferece o ensino fundamental e médio através da mediação tecnológica com um professor presencial em cada sala para auxiliar os alunos em casos de dúvidas.

Perfil social

A comunidade possui um sistema de energia solar e energia elétrica (que chegou a comunidade em 2013 pelo programa luz para todos do governo federal), poço artesiano, um posto médico.

Perfil socioeconômico

As famílias da comunidade Tumbira não tem uma atividade econômica exclusiva, a renda é obtida por meio de várias cadeias produtivas como o turismo, artesanato, madeira, marcenaria comunitária, pesca, além dos benefícios sociais como bolsa floresta e bolsa família, seguro defeso.

A comunidade integra um roteiro turístico de base comunitário da RDS do Rio Negro. Desde 2011 vem se capacitando no atendimento de serviços de hospedagem, alimentação e oferta de atrativos naturais. A comunidade percebeu no turismo uma maneira de complementar a renda familiar impactando o mínimo possível o meio ambiente.

RESULTADOS

A cultura está intimamente ligada ao comportamento humano, ações simbólicas cheias de sentidos expressam as especificidades de cada povo, lugar. Geertz (2008) destaca que deve atentar-se para o comportamento, e com exatidão, pois é através do fluxo do comportamento e mais precisamente, da ação social que as formas culturais encontram articulação.

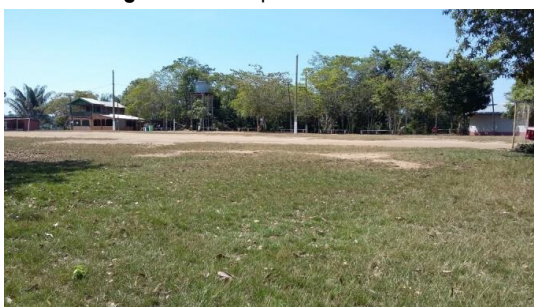
Geertz (2008) aponta ainda em seus conceitos a importância de analisar os processos sociais baseado nas atividades dos indivíduos, só assim poderá se compreender a complexidade das relações entre os indivíduos e tudo o que os envolve, inclusive a natureza, parte do homem.

Partindo desse pressuposto e com base nas análises das entrevistas, observou-se que os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional. Desta forma, esta figura abaixo não se trata apenas da imagem de uma canoa e um rio, mas todos os sentidos atribuídos pelos moradores da comunidade Tumbira a esses objetos naturais e fabricado pelo ser humano.

Figura 01: Igaraé do Tumbira

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Neste sentido, esse rio e essa canoa (figura 1) representa mobilidade, tendo em vista o local de moradia da comunidade, intermediada exclusivamente via fluvial. Mas também representa sustento das famílias que retiram do rio e da floresta a alimentação de cada dia. Contudo, esse mesmo rio e canoa são fundamentais nos lazeres individuais e coletivos da comunidade. Representam as brincadeiras de infância como plantar bananeira no rio competindo com quem fica mais tempo de cabeça pra baixo na água, subir em uma árvore alta e saltar. Muitos são os sentidos dados a esses elementos, impossível de desassociar natureza e ser humano.

Figura 02: Campo de futebol

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 03: Procissão N S P Socorro

Fonte: Silva, J.N. (2017)

Com relação às figuras dois e três, temos como exemplo o campo de futebol onde sua representatividade é maior do que a prática do futebol em si. Segundo Soja (1993, p.100) o "espaço em si" pode ser primordialmente dado, mas sua organização e sentido são produtos da transformação e experiência sociais. Ou seja, as experiências estabelecidas nesse espaço é que o que dá sentido e isso é incontestável. E fica evidenciado na fala e nas práticas da comunidade. Esse campo é lazer quando utilizado de forma recreativa nos jogos de futebol, na queimada, no

vôlei, nas festas, nos desfiles cívicos e tantos outros eventos realizados nesse espaço. Para Tuan (1983), espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor. Essa trama desenhada por cada indivíduo da comunidade mais principalmente na coletividade abstrai o espírito da sociabilidade tão cara aos seres humanos. O estar no campo antecede ao campo, no preparo dos times femininos e masculinos, na ansiedade das famílias para compor as torcidas e rever conhecidos e parentes vindos de outras comunidades próximas. Sua essência é ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer.

Figura 04: Centro social comunitário



Fonte: Silva, J.N. (2017)

Figura 05: Igreja Nossa S. P. Socorro



Fonte: Silva, J.N. (2017)

As figuras quatro e cinco representadas pelo centro social comunitário e a igreja católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, enfatizam as considerações feitas até aqui. O centro social comunitário simboliza um espaço de resistência e reivindicações da comunidade nas reuniões da associação comunitária, representada por um presidente e sua comissão elegida pela comunidade com a tarefa de lutar pelas causas internas e coletivas. Nesse espaço acontecem oficinas de capacitação de instituições das diversas esferas do poder público, privadas, Ongs, reuniões religiosas. E como não poderia deixar ser, também serve de palco para as bandas se apresentarem no festejo da padroeira da comunidade. A vivência do lazer começa muito antes de realizá-los, permite que se antecipe o prazer de esperança e ilusão da experiência.

A igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi construída 1986 ano de fundação da comunidade e permanece ativa até hoje, com cultos aos domingos, novenas às terças-feiras e festejo da Santa todos os anos em 27 de Junho. A comunidade é predominantemente católica. Foi citada por alguns entrevistados como local que transmite uma sensação de paz, relaxamento e ansiedade, são algumas das emoções transmitidas por esse por esse espaço, devido aos eventos que a igreja promove durante o ano, como: primeira eucaristia, crisma, batizados, casamentos. Geralmente quem está à frente da coordenação diz sentir uma emoção prazerosa

ao finalizar os eventos, sentimento de dever cumprido e satisfação em servir ao próximo. Temos aqui algumas palavras que instiga uma reflexão quanto ao lazer, são elas: “prazerosa”, “dever cumprido” e satisfação. Ora, o lazer pode ser considerado como dever? Vejamos o contexto em que a palavra foi mencionada, em um misto de emoções que excitam várias tensões, então, desta forma podemos ver que o pensamento de Elias e Dunning enquanto a busca da excitação prazerosa cabe nesse cenário.

Elias e Dunning (1992), por sua vez e afastando-se da tradição dicotômica, entendem o lazer como um tipo de atividade que se insere no tempo livre, colocando o indivíduo como transformador da sua realidade, este, enquanto sujeito social, pode dotar de sentido a atividade de lazer e aproximá-la da busca da excitação ou do prazer.

Para os autores o lazer, apesar de trabalhar no limite do descontrolo, está intimamente ligado às dimensões culturais e podem ser estudadas através de ações pontuais como, por exemplo, atividades recreativas ou a excitação no estádio de futebol (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 112).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos compreender as relações socioculturais estabelecidas nos momentos de lazer da comunidade Tumbira. Para além do descanso e divertimento, esse tempo nos revelou a figuração em que a comunidade está organizada. É nesse cenário, que proporciona excitação prazerosa e sociabilidade, que podemos nos manter informados das nuances sociais que perpassam, cruzam e entrecruzam a comunidade.

As ações ambientais, as mudanças governamentais, o mercado econômico, as relações sociais e a sazonalidade podem provocar efeitos positivos, assim como negativos, já que são partes de um sistema aberto sensível às transformações. A criação da reserva iniciou um processo civilizador correspondente a um percurso de aprendizagem, que através da tecnificação advindos com a entrada de novas tecnologias transfigurou a realidade da comunidade evidenciando a interdependência entre os diversos atores sociais que a compõe.

O artigo deixa um amplo campo de discussões que precisam ser aprofundadas no âmbito dos estudos do lazer em unidades de conservação. A referida pesquisa apenas deu início ao um debate que se manifestou durante a observação no campo. Questões como paisagem, cultura, patrimônio natural, políticas públicas de lazer específicas para serem aplicadas dentro de uma política pública de preservação precisam ser estudadas, debatidas e ampliadas no contexto local, regional e nacional.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Relatório de Gestão 2011**. Manaus: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 2013.

BRASIL. **Lei no 3,355, de 26 de dezembro de 2008**. Dispõe sobre a redefinição dos limites territoriais da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro, Setor Paduari-Solimões, criada pelo decreto n.º 2.646, de 22 de maio de 2001, e cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, e dá outras providências. *Diário Oficial [do Estado do Amazonas]*, Amazonas, página 9, 30 dez. 2008. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/arp/5036>. Acesso em: 08 de maio de 2021.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Nupaub/USP, 2008.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, Norbert. **Escritos & Ensaios: 1 – Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. Mobilização étnica no Baixo Rio Negro: os quilombolas do Tambor e do rio dos Pretos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro**. Manaus: UEA Edições, 2010.

FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Do rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor**. Manaus: UEA Edições, 2013.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª Ed. 13.reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1987.

GOLDENBER, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Christianne. Luce. Lazer: concepções. In: GOMES, Christianne. Luce. (Org.). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 119-125.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS (IPE). **Relatório de Atividades**, 2015.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MATOS, Gláucio Campos Gomes. **Ethos e Figurações na Hinterlândia Amazônica**. Manaus: Valer/Fapeam, 2015.

SILVA, Gimima Beatriz Melo da. **Guardiões da Floresta, retóricas e formas de controle da gestão ambiental e territorial**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2013.

SOJA, Edward Willian. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

Declaração de conflito de interesses

O presente estudo não possui conflitos de interesse.

Submissão: 30/03/2022

Aceite: 29/04/2022